

## **(Trans)formando o (cis)tema político? Apontamentos sobre as eleições municipais do ano de 2020 sob a perspectiva dos estudos de gênero e sexualidade**

**(Trans)forming the political (cis)tem? Notes on the 2020 municipal elections from the perspective of gender and sexuality studies**

**(Trans)formando el (cis)tema político? Notas acerca de las elecciones municipales de 2020 desde la perspectiva de los estudios de género y sexualidad**

Recebido: 12/12/2021 | Revisado: 18/12/2021 | Aceito: 06/01/2022 | Publicado: 09/01/2022

**Fabiano Eloy Atilio Batista**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7067-560X>

Universidade Federal de Viçosa, Brasil

E-mail: [fabiano.batista@ufv.br](mailto:fabiano.batista@ufv.br)

**Ananda de Souza Lima Vieira Carvalho**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6046-6385>

Universidade Federal de Viçosa, Brasil

E-mail: [ananda.carvalho@ufv.br](mailto:ananda.carvalho@ufv.br)

### **Resumo**

Neste artigo temos por objetivo traçar debates, necessários, sobre a participação da comunidade LGBTQIA+ na política brasileira na última eleição municipal (2020). Sobretudo, queremos refletir sobre as candidaturas, e por finalidade, a eleição das pessoas que se auto identificam como trans, travestis, transexuais, ou outras identidades trans. Metodologicamente, o estudo se caracteriza como de natureza qualitativa-descritiva, a partir de uma análise de revisão bibliográfica e documental de chamadas de reportagens jornalísticas sobre a eleição de pessoas trans veiculadas em *sites* diversos e duas matérias realizadas e veiculadas no *site* da ANTRA – Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil. Ao todo foram analisadas 04 reportagens de jornais nacionais e 02 reportagens veiculadas no *site* da ANTRA referentes a candidaturas desses atores sociais no território nacional. Enquanto resultados, em linhas gerais, podemos destacar que o trabalho possibilitou trazer à tona uma discussão sobre a importância das candidaturas de pessoas trans na esfera da política nacional, oportunizando, por conseguinte, que sejam propostas políticas públicas, discussões e deliberações a favor desse segmento social, historicamente marginalizado.

**Palavras-chave:** Política; Gênero e sexualidade; Eleições; Brasil; ANTRA.

### **Abstract**

In this article we intend to outline the necessary debates on the participation of the LGBTQIA+ community in Brazilian politics in the last municipal elections (2020). Above all, we want to reflect on the candidacies, and for this purpose, the election of people who identify as trans women or men, transvestites, transsexuals or other trans identities. Methodologically, the study is characterized by being qualitative-descriptive, based on an analysis of bibliographic and documentary review of journalistic reports about the trans people elections published on different websites and two materials prepared and published on the ANTRA's website – National Association of Transvestites and Transsexuals of Brazil. In total, 04 reports from national newspapers and 02 reports published on the ANTRA website about the requests of these social actors in the national territory were analyzed. As a result, in general terms, we can highlight that the work allowed to raise a discussion on the importance of the candidacies of trans people in the field of national politics, therefore providing opportunities for public policies, discussions and deliberations in favor of this social segment, historically marginalized.

**Keywords:** Politics; Gender and sexuality; Elections; Brazil; ANTRA.

### **Resumen**

En este artículo pretendemos rastrear los debates necesarios sobre la participación de la comunidad LGBTQIA+ en la política brasileña en las últimas elecciones municipales (2020). Sobre todo, queremos reflexionar sobre las candidaturas, y para ello, la elección de personas que se autoidentifiquen como trans, travestis, transexuales u otras identidades trans. Metodológicamente, el estudio se caracteriza como cualitativo-descriptivo, basado en el análisis de una revisión bibliográfica y documental de titulares periodísticos sobre la elección de personas trans publicados en varios sitios web y dos artículos realizados y publicados en el sitio web de la ANTRA - Asociación Nacional de Travestis y Transexuales en Brasil. En total, se analizaron 04 artículos de diarios nacionales y 02 artículos publicados en el sitio web de ANTRA, referidos a las candidaturas de estos actores sociales en el territorio nacional. Como resultado, en términos generales, podemos destacar que el trabajo permitió plantear una discusión acerca de la importancia de las candidaturas de personas

trans en el ámbito de la política nacional, brindando así espacios para propuestas de políticas públicas, discusiones y deliberaciones a favor de este segmento social, históricamente marginado.

**Palabras clave:** Política; Género y sexualidad; Elecciones; Brasil; ANTRA.

## 1. Introdução

*“Vamos ser ouvidas em outros lugares que não o cárcere, que não a prostituição. Estamos cansadas de não sermos enxergadas como humanas. Esse resultado é um grito pela recuperação da nossa humanidade, que nos é roubada todos os dias”. Érika Hilton, vereadora eleita em São Paulo<sup>1</sup>.*

Este artigo tem como objetivo propor uma reflexão e uma investigação acerca das candidaturas e, por finalidade, da eleição, em nível municipal, de candidatas(os) que se identificam como trans, travestis, transexuais, ou outras identidades trans a partir dos estudos de gênero e sexualidades.

Presenciamos nas últimas décadas uma forte e significativa luta pela livre expressão das identidades de gênero e orientações sexuais em diversas instâncias da sociedade, fato que não ocorria outrora, pois tais debates sempre estiveram na marginalidade.

No que tange às questões ligadas à política brasileira, testemunhamos um aumento significativo de parlamentares (embora tais ações não se restrinjam somente a esses) vinculados a denominações religiosas e que, mesmo quando não vinculados a essas, trazem em suas “bandeiras de atuação política” uma repulsa a tudo que esteja ligado ao que é conhecido como movimento LGBTQIA+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Pessoas trans, *Queer*, Intersexo, Assexual, entre outras formas de viver e vivenciar gênero e sexualidade) (Mello et al.; 2012; Santos, 2016).

Nesse sentido, esses parlamentares têm intensificado a obstrução de leis, verbas e afins que sejam ligadas ou favoráveis à população LGBTQIA+. Ainda, cabe destacar que esses parlamentares têm promovido projetos de leis contrários e que ferem, desumanamente, a dignidade dessa população, como por exemplo: o projeto de Decreto Legislativo (PDC) 234/2011, popularmente conhecido como projeto da “cura gay”; e o veto da iniciativa do programa Brasil sem Homofobia, lançada no ano de 2004, o qual consistia na distribuição de material didático que orientava professores sobre a educação sexual e de gênero nas escolas. Em 2011, quando o material estava prestes a ser lançado, setores conservadores da sociedade (em especial as bancadas religiosas) impugnaram tal cartilha e ela foi denominada como “Kit Gay”, de maneira pejorativa e deturpada.

É nesse contexto de grande repulsa que temos a maior representação e visibilidade de candidaturas “assumidamente” LGBTQIA+ nas últimas eleições (em especial nos anos de 2016 e 2020), embora esse fenômeno não seja uma novidade na política, uma vez que desde a década de 1990 é possível mapear e identificar candidatos e candidatas que se sentem pertencentes a alguma dessas nomenclaturas (Benevides, 2020). No entanto é inquestionável que, em especial nessas últimas eleições, quantitativamente esse número de candidaturas de pessoas LGBTQIA+ tenha sido muito expressivo, sobretudo quando observamos o que tange os sujeitos que se auto identificam com a letra ‘T’ (mulheres ou homens trans, travestis, transexuais, não-binários, ou outras identidades trans) dessa comunidade, tão marginalizados, violentados e negligenciados pelo Estado, pela sociedade e por parte do próprio movimento LGBTQIA+.

Não iremos aqui restringir e tentar dizer sobre as vivências de pessoas trans ou limitar suas experiências em conceitos, até mesmo porque esse não é o lugar que ocupamos socialmente, porém é de suma importância explicitar aos nossos leitores quem são as pessoas trans de forma sucinta, embora tenhamos a plena convicção de que essas são diversas e múltiplas. Assim, em linhas gerais, pessoas trans (mulheres ou homens trans, travestis, transexuais, não-binários, ou outras identidades trans) são aqueles atores sociais que não se identificam, em diversos níveis, com o gênero que lhes foi designado no nascimento,

---

<sup>1</sup> Excerto disponível em: <https://exame.com/brasil/eleicao-de-transexuais-cresce-225-em-2020/>. Acessado em 07 fev. 2021.

“confrontando”, de maneiras diversas e plurais, a ótica normatizadora que condiciona, naturaliza e entende o órgão genital e gênero como correspondentes (Aguiao, 2016; Agnose, 2016; Pereira, 2020).

Reforçamos, novamente, que as trajetórias de pessoas trans não são homogêneas, tampouco, possuem padrões. Elas se modificam conforme cada sujeito e são, em muitos casos, entrecortadas por marcadores sociais das diferenças, tais como; raça, classe, espaço geográfico, geração, entre outros (Agnose, 2016; Carvalho, 2018; Pereira, 2020).

Portanto as inquietações que movem esse artigo, essencialmente, se estabelecem nas relações acerca das categorias de “sexo, corpo e gênero” (Butler, 2000; Laqueur, 2001; Louro, 2000, Louro, 2020); “gênero e sexualidade” (Connel, 2015; Louro, 2000; Scott, 2019); “interseccionalidade” (Creenshaw, 2002), “empoderamento” (Batliwala, 1998; Collings, 2019), por meio das quais buscamos, mesmo que brevemente, tencionar reflexões entre essas instâncias a partir da candidatura de pessoas trans nas eleições municipais (sobretudo no ano de 2020) no Brasil.

## 2. Metodologia

Metodologicamente, o estudo se caracteriza como sendo de natureza qualitativa-descritiva, realizado a partir de uma análise bibliográfica e documental de chamadas de reportagens jornalísticas sobre as eleições de pessoas trans e duas matérias realizadas e veiculadas no site da ANTRA – Associação Nacional de Travestis e Transexuais<sup>2</sup>. Ao todo foram analisadas 04 reportagens de jornais nacionais e 02 reportagens veiculadas no *site* da ANTRA referentes a candidaturas de desses atores sociais no território nacional, conjuntamente com uma revisão bibliográfica a partir das categorias supracitadas.

Ao passo que a escolha em se trabalhar com chamadas de reportagens jornalísticas se deu, dentre diversos fatores, por entendermos que essas constroem subjetividades no meio social, a escolha das reportagens da Associação Nacional de Travesti e Transexuais, também conhecida simplesmente como ANTRA, ocorreu por essa ser uma importante organização brasileira que possui articulações com diversas outras instituições (públicas e privadas) com a finalidade de promover e desenvolver ações em prol dos direitos da população trans (mulheres ou homens trans, travestis, transexuais, não-binários, ou outras identidades trans). A ANTRA possui enquanto missão: *“Identificar, Mobilizar, Organizar, Aproximar, Empoderar e Formar Travestis e Transexuais das cinco regiões do país para construção de um quadro político nacional a fim de representar nossa população na busca da cidadania plena e isonomia de direitos”*<sup>3</sup>.

Se, por um lado, mídia e meios de comunicação de massa contribuem para a visibilidade e transparência que pressupõe a democracia, por outro, como aponta Biroli (2010), os discursos midiáticos trazem juntamente representações de estereótipos de gênero. Ainda, essas reportagens são reflexos de um determinado período social e histórico, configurando-se, no nosso entendimento, como um registro de suma importância na narrativa desses sujeitos.

Ainda, cabe pontuar que as eleições municipais no Brasil em 2020 contemplaram dois significativos acontecimentos históricos, sendo eles: a) o período eleitoral foi marcado por uma pandemia mundial, ocasionada pelo vírus Sars COVID 19 (que apresenta um espectro clínico variando de infecções assintomáticas a quadros graves) que tem impactado de forma significativa a vivência dos sujeitos, a economia, o sistema de saúde, entre outros espaços, além de ter ocasionado a morte de diversos sujeitos<sup>4</sup>; b) primeira vez na história que foi utilizado o nome social por parte dos candidatos que se auto identificam enquanto pessoas trans e travesti (Justo, 2020).

Inicialmente, a partir dos dados disponibilizados no *site* da associação (ANTRA, 2016; ANTRA, 2020<sup>a</sup>), observamos o quantitativo de candidaturas e pessoas eleitas nas últimas eleições municipais de acordo com cada região do país conforme o Quadro 1. Observar tais candidaturas sob um viés quantitativo se faz necessário, uma vez que podemos observar um aumento

---

<sup>2</sup> Site da organização: <https://antrabrasil.org/>.

<sup>3</sup> Missão da ANTRA disponível no *site*: <https://antrabrasil.org/sobre/>.

<sup>4</sup> Para saber maiores informações acessar os seguintes sites: <https://coronavirus.saude.gov.br/sobre-a-doenca>; <https://covid.saude.gov.br/>.

exponencial da participação desses sujeitos nessa dada esfera, o que, por finalidade contribuirá para emancipação e criação de políticas pensadas para/por pessoas trans, indo ao encontro de suas reais demandas, existências e vivências.

Dentre essas candidaturas, a ANTRA (2020<sup>a</sup>) mapeou no ano de 2020 um total de 294 candidaturas de pessoas que se auto identificam como trans e travestis, sendo 19 homens trans, 12 pessoas que se identificam dentro da pluralidade da transexualidade e 263 mulheres trans e travestis, um número bem superior se comparado às eleições municipais do ano de 2016 (82 candidaturas), conforme podemos observar no Quadro 1, a seguir.

**Quadro 1** – Relação de candidaturas e pessoas eleitas nas eleições municipais (2016 e 2020) por região<sup>5</sup>

Região / Ano	Candidaturas 2016	Pessoas eleitas 2016	Candidaturas 2020	Pessoas eleitas 2020
Sudeste	31	5	124	23
Nordeste	24	1	85	2
Sul	12	1	31	4
Norte	10	1	26	1
Centro Oeste	5	0	28	0
<b>Total</b>	82 candidaturas	08 pessoas eleitas	294 candidaturas	30 pessoas eleitas

Fonte: ANTRA, 2016 e ANTRA, 2020a (adaptado ao contexto da pesquisa).

Ademais, a análise dos dados se deu mediante uma “revisão narrativa” associando as questões acerca das eleições municipais do ano de 2020, mais especificamente a candidatura de pessoas trans, com as questões inerentes aos estudos de gênero e sexualidades.

### **3. Análise e Discussões: Questões de Gênero e Sexualidade na Política Brasileira – Panorama da Eleição Municipal do ano de 2020**

Embora a comunidade LGBTQIA+ esteja alcançando maior visibilidade, ainda em passo de desigualdade, e tendo, em alguns aspectos, seus direitos reconhecidos enquanto cidadãos, ainda possui uma representação pífia em cargos políticos, setores privados e públicos das esferas sociais, o que gera para esses sujeitos, deliberadamente, uma série de preconceitos estruturais na sociedade simplesmente por não corresponderem aos “padrões de gênero e sexualidade” impostos socialmente.

Esses “padrões” refletem uma “ordem de gênero”, na qual atuam arranjos sobre masculinidades e feminilidades exemplares pautados em papéis fixos, determinados pela natureza (Connell, 2015). Discutir a questão do gênero nos leva a confrontar esses arranjos reconhecendo as relações históricas de poder que constroem gênero, sexo e sexualidade.

Até o século XVIII, sexo e gênero se reuniam em um modelo de “sexo único” no qual os corpos femininos eram hierarquicamente e verticalmente inferiores aos corpos masculinos. Genitálias femininas correspondiam a genitálias masculinas invertidas e o prazer feminino era fundamental para o sucesso reprodutivo. A passagem para um modelo de dimorfismo sexual, de incomensurabilidade entre os sexos, traz novas informações sobre o ciclo reprodutivo feminino e o desprezo pelo prazer e excitação feminina (Laqueur, 2001). Mas essas mudanças nos dizem, principalmente, que não existem representações fixas ou a

<sup>5</sup> Não foi possível obter uma sistematização das candidaturas/candidatos(as) eleitos(as) nas eleições anteriores ao ano de 2016. Contudo, segundo o *site* Folha de São Paulo, a partir de dados da ABGLT (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Transexuais e Travestis) foi estimado a participação de 31 pessoas trans que concorreram às eleições municipais no ano de 2012, reafirmando, se comparado aos anos subsequentes de 2016 e 2020, um significativo aumento na participação desses sujeitos. Disponível em: <https://agenciaaids.com.br/noticia/folha-de-s-paulo-candidaturas-transexuais-aumentam-e-ganham-visibilidade-brasil-afora/>. Acessado em 07 fev. 2021.

determinação do biológico sobre o social: o sexo é produzido, inventado na cultura, e acompanha as demandas, os discursos e as representações que se busca legitimar em um dado tempo histórico.

Nesse sentido, os corpos não representam uma materialidade isenta. O sexo se inscreve nos corpos por sucessivas alterações (na cultura e pela cultura) e regulações baseadas nas diferenças. A diferença é sucessivamente reiterada pelas normas, mas é também instável: escapa às performances. A diferença é a marca do outro, é a fronteira que separa os desviantes que desobedecem às normas daqueles “corpos que importam” (Butler, 2000; Louro, 2000, Louro, 2020). Assim,

O outro subalterno não só é formulado em termos repressivos/proibitivos, isto é, aquilo que não se deve ou não se pode, mas basicamente como gênese da alteridade sobre a qual repousa minha própria gênese. Necessito de um outro que afirme minha existência na negação da sua própria (Fígari & Díaz-Benítez, 2009, p. 22).

Esses mecanismos da diferença que marcam o outro subalterno atuam tanto em questões de gênero, como de sexualidade. Nessa perspectiva, retomamos o papel do “sexo” para debatermos o conceito de gênero. As dicotomias pautadas em diferenças biológicas ou de papéis sociais não se sustentam para definirmos gênero, pois, como visto, a biologia é contextual. Além disso, incorrem em ignorar processos supraindividuais, uniformizar homens e mulheres e invisibilizar a questão do gênero onde não existiriam diferenças (Connell, 2015).

Pensar em gênero, nesse sentido, é pensar em termos relacionais e não dicotômicos, pensar em relações de poder e em estruturas sociais. Em sua definição de gênero, Scott (2019, p. 86) afirma que “(1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder”. Para a autora, nessa constituição operam elementos simbólicos, conceitos normativos atrelados aos símbolos, o papel das instituições e a identidade subjetiva. O gênero, portanto, é político: diz e atua sobre nossas formas de organização (sociais, subjetivas, culturais), é mutável.

Se o “gênero diz respeito ao jeito com que as sociedades humanas lidam com os corpos humanos [...]” (Connell, 2015, p. 48), a sexualidade também o faz. Ela “envolve rituais, linguagens, fantasias, representações, símbolos, convenções... Processos profundamente culturais e plurais” (Louro, 2000, p. 6). As práticas individuais e sociais em torno da sexualidade também passam por regulações e são permeadas por conflitos de poder. Rubin (2017, p. 127) diz: “A sexualidade, assim como o gênero, é política. Ela está organizada em sistemas de poder que recompensam e incentivam alguns indivíduos e atividades, ao mesmo tempo que punem e suprimem outros”. As identidades LGBTQIA+ tensionam, portanto, as fronteiras das “normas” de gênero e sexualidade.

Vimos, pela perspectiva de Joan Scott, que o poder se articula nas e pelas relações de gênero. Nesse sentido, passamos a pensá-lo não como um estado ou uma posse, mas como “uma entidade intangível que circula em uma matriz particular de dominação, e com a qual os indivíduos se relacionam de formas variadas” (Collings, 2019, p. 435). O processo de subverter as relações de dominação é um processo de transformação, que envolve as dimensões individual (conscientização de si e de sua realidade) e coletiva (a luta por justiça social para garantir a transformação). Ainda, compreende mudanças qualitativas e nos cursos dos domínios de poder, maior controle das fontes de poder e promoção de justiça social (Collings, 2019; Batliwala, 1998). Entendendo assim o empoderamento, acreditamos que a missão da ANTRA, que inclui como uma de suas razões de ser um mecanismo empoderar de travestis e transexuais, favorece discussões e ações coletivas para a transformação, bem como a eleição desses sujeitos.

Isso posto, enfatizamos que ao se tratar dos sujeitos que são “representados” pela letra ‘T’ da sigla, ou seja, pessoas trans, travestis e outras expressões de gênero que “fogem à regra” da dicotomia da cisgeneridade (homem e mulher), eles sofrem mais intensamente uma série de perseguições comparativamente aos demais sujeitos em sociedade – sem aqui querer medir ou hierarquizar sofrimentos. Resta-lhes, portanto, ficar à margem dessa sociedade, ocupando um não-lugar, a exclusão, a prostituição. A esses sujeitos, em sua maioria, são negados o direito de existir e de se expressarem na trama social.

Nesse sentido, o Brasil, infelizmente, é o país que mais comete transfeminicídio<sup>6</sup> no mundo, ou seja, é o país que possui as maiores taxas de morte de pessoas trans – em especial mulheres trans e travestis. As mortes desses sujeitos, em nosso território, são marcadas por extrema brutalidade, requintes de covardia e crueldade. São violentados não só os corpos físicos desses sujeitos, mas assassinam também suas almas, pois mesmo após suas mortes, quase sempre, são negadas as suas identidades de gênero (Bento, 2014; Butler, 2015; Berto, 2016).

De acordo com os dados da ANTRA, em seus últimos 4 levantamentos sobre as notificações de assassinatos de pessoas trans (2017 a 2020), podemos observar, conforme o Quadro 2, um aumento significativo de assassinatos desses sujeitos. Enfatiza-se, primeiramente, que a organização desse levantamento é uma estimativa – a partir de notificações policiais, veiculação na mídia, dentre outros aparatos de auxílio da organização para uma sistematização dos dados, podendo esse número ser muito maior tendo em vista alguns casos não notificados e outros nos quais as vítimas não têm sua identidade de gênero respeitada. Outro aspecto importante é sobre a falta de interesse dos órgãos competentes em muitos das ocorrências para investigar, apurar e criminalizar os culpados pelos assassinatos, demonstrando, lamentavelmente, um descaso com essa parcela da sociedade.

**Quadro 2** – Relação de casos notificados de assassinatos de pessoas Trans no Brasil de 2017 a 2020.

<b>Assassinato de pessoas trans no Brasil (casos notificados)</b>			
<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>
179 assassinatos	163 assassinatos	124 assassinatos	175 assassinatos

Fonte: ANTRA, 2018; ANTRA, 2019; ANTRA, 2020b e ANTRA, 2021 (adaptado ao contexto da pesquisa).

Esses assassinatos, sem querer aqui justificar qualquer ato, se dão, em certo modo, por uma falta de respeito às identidades desses sujeitos, ao não reconhecimento da diversidade humana, entre outras questões que alocam as pessoas trans em um “não-lugar”, a seres “abjetos” em sociedade (Butler, 2015; Butler, 2018). E como afirma Butler (2018),

El deseo de matar a alguien, o el hecho de hacerlo, por no ajustarse a las normas de género por las cuales una persona se ‘supone’ que vive sugiere que la vida misma requiere una serie de normas bajo las que ampararse, y que estar fuera de ellas, o vivir fuera de ellas, equivale a cortejar a la muerte (Butler, 2018, p.59)<sup>7</sup>.

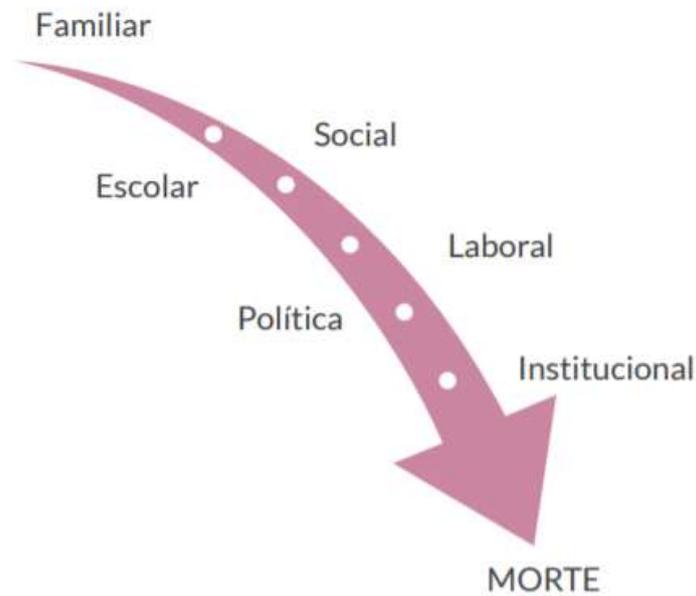
Entretanto, os assassinatos (sem querer aqui hierarquizar a violência) podem ser entendidos como a “ponta do iceberg”, pois esses sujeitos são violentados, fisicamente e simbolicamente, desde quando assumem suas identidades de gêneros e orientações sexuais que não vão ao encontro do “padrão” esperado pela sociedade, ou seja, heterossexuais e cisgêneras. As identidades que representam a norma remetem, em nossa sociedade, “ao homem branco, heterossexual, de classe média urbana e cristão e essa passa a ser a referência que não precisa mais ser nomeada” (Louro, 2000, p. 9).

Nesse sentido, é importante considerar a experiência que esses sujeitos podem vivenciar quando interagem diferentes eixos de poder e subordinação (gênero, raça, classe), podendo-se acentuar desigualdades e opressões (Creenshaw, 2002). De acordo com a ANTRA, a violência contra essas pessoas pode ser vislumbrada em várias instâncias de suas vidas, como podemos observar na Figura 1, a seguir.

<sup>6</sup> “O transfeminicídio se caracteriza como uma política disseminada, intencional e sistemática de eliminação da população trans no Brasil, motivada pelo ódio e nojo” (Bento, 2014, s/p).

<sup>7</sup> “O desejo de matar alguém, ou o fato de fazê-lo, por não se ajustar nas normas de gênero pelas quais uma pessoa ‘supõe’ que vive, sugere que a vida mesma requer uma série de normas sob as quais amparar-se, e estar fora delas, ou viver fora delas, equivale a cortejar a morte” (Tradução nossa)

**Figura 1** – Ciclos de violência/exclusão para com pessoas trans.



Fonte: Fonte: (ANTRA, 2021, p. 37).

Nesse sentido, todo esse processo discriminatório, vexatório e de violências (física, simbólica, monetária, institucional, entre outras) ocorre, em grandes casos, primeiramente no seio familiar. Portanto as questões de exclusão e “abjetificação” se iniciam, *a priori*, na família, uma vez que esses sujeitos não se adequam aos valores, às normas e às regras impostas socialmente e culturalmente baseadas (e, por finalidade, assimiladas de geração em geração e ancoradas ao longo dos anos nos valores da “família tradicional brasileira”) sobre uma heteronormatividade compulsória, gerando, como consequência, a desinformação dos familiares e uma série de opressões (em níveis diversos) sobre esses sujeitos (Batista, 2017; Ribeiro & Silveira, 2020; Braz *et al.*, 2020).

Outro meio socializador e desumano para esses sujeitos é a escola. Muitas pessoas trans não terminam seus estudos e não frequentam o meio escolar devido aos intensos ataques transfóbicos, às violências, aos abusos, entre outros diversos ataques apenas por serem quem são (Gomes Filho, 2020; Café & Monterio Sales Coroa, 2020).

Assim, em muitos casos, após serem expulsos e expulsas de casa, perderem seu lar, contato com familiares, amigos, não terem acesso a uma educação básica, a serviços de saúde, entre outros direitos – resguardados em lei – esses sujeitos passam, no decorrer de suas vidas, por diversos “estigmas sociais” (Goffman, 1978) e formas diversas de sofrimento.

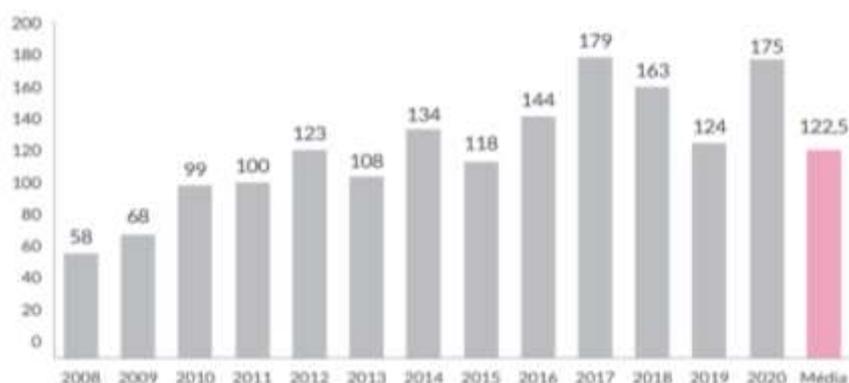
De acordo com Cunha (S/D), o fato de serem negados a tais sujeitos todos esses que são acessos básicos a todo indivíduo (família, educação, saúde, afins), e de não possuírem a oportunidade de trabalho, em decorrência a um negligenciamento da sociedade, faz com que 90% das pessoas trans (em especial mulheres trans e travestis) busquem na prostituição uma forma de sobrevivência e fonte de renda. Contudo cabe enfatizar que o exercício dessa atividade/profissão coloca esses sujeitos em diversas situações de vulnerabilidades, reforçando, lamentavelmente, um ciclo de violências sobre esses corpos.

Corroborando esse cenário, o Diagnóstico LGBT+ na Pandemia, elaborado pelo coletivo Vote LGBT juntamente com a agência de pesquisa Box1824 (2020), aponta para a intensificação da situação de vulnerabilidade vivenciada pelas pessoas LGBT+, como já ressaltado, agora no cenário pandêmico brasileiro. Os principais impactos da pandemia da Covid-19 para essa população foram a piora na saúde mental, associada ao sofrimento causado pelas formas de preconceito com as quais se deparam essas pessoas; e o afastamento da rede de apoio. O último revela o ciclo de exclusão que perpassa as trajetórias LGBT+ culminando em mais isolamento, violência e falta de representatividade política.

Para tanto, diante de toda complexidade acerca das relações sociais enfrentadas pelas pessoas trans em sociedade – apresentadas aqui de forma breve, esses sujeitos (assim como os demais grupos entendidos como minoritários), a partir de uma mobilização e de uma demanda do próprio movimento, buscaram adentrar na política para poder, em certo modo, mudarem suas realidades e lutarem pelos seus direitos a partir de suas demandas e especificidades. Esses sujeitos entendem que só poderão (trans)formar suas realidades se adentraram nesse (cis)tema e, por finalidade, implementarem ações que, efetivamente, tragam mudanças para a realidade deles.

Como já enfatizado anteriormente, porém necessário que seja demarcado e reafirmado, o Brasil é o país mais transfóbico do mundo. Segundo a ANTRA, “em 2020, o Brasil [lamentavelmente] assegurou para si o 1º lugar no ranking dos assassinatos de pessoas trans no mundo, com números que se mantiveram acima da média” (ANTRA, 2021, p.07), conforme aponta a Figura 2 do gráfico divulgado pela ANTRA a partir de dados do Grupo Gay da Bahia (GGB) sobre os assassinatos de pessoas trans entre os anos de 2008 a 2020 no Brasil.

**Figura 2** – Assassinatos de pessoas trans no Brasil entre os anos de 2008 a 2020.



Fonte: ANTRA (2021, p.32).

Esse cenário é reiterado na Figura 3, na qual a chamada jornalística aponta o recorde de candidaturas de pessoas trans nas eleições municipais de 2020. Em meio a um contexto de numerosas mortes, tanto o aumento no número de candidaturas evidenciado pela reportagem, como o posterior quantitativo de pessoas eleitas, reforçam a urgência de serem revistas as pautas políticas rumo à representatividade e justiça social.

**Figura 3** – Chamada do jornal eletrônico *El País* (Brasil).



Fonte: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-11-12/pais-mais-transfobico-do-mundo-brasil-tem-recorde-de-candidaturas-de-pessoas-trans-em-2020.html>. Acesso em 06 fev. 2021

A revolta diante da ausência de representação e defesa de pautas pró LGBTQIA+ pode ser um impulso para a inserção na luta política. É o caso da travesti Pamela Maranhão, que diante das resistências encontradas na política local tornou-se, em 2012, a primeira travesti de sua cidade a ser candidata ao cargo de vereadora (Carneiro, 2019). Pamela diz:

Eu disse o seguinte, qual a possibilidade de eu me candidatar? Porque até então a gente pensa que só rico, acostumado no mundo feudal que só rico do mundo burguês pode. Eu pensei, porque não? Até então eu era gay, porque não pode ser o gay da cidade? Até então eu já era conhecida como o gay da cidade, a bixa do Pedro Rocha (o nome do pai) (Carneiro, 2019, p. 43).

Em uma zona marcada por disputas de poder, as subsequentes candidaturas de Pamela e as outras centenas de candidaturas trans e travestis às quais fizemos referência são parte de um processo de transformação e empoderamento na reconstrução democrática do país.

Partindo do entendimento de que há interesses políticos e que esses variam de acordo com cada partido de vinculação dos(as) candidato(as) eleitos, é inegável que tem se aberto uma pluralidade no campo político com a participação cada vez maior de candidatas(os) LGBTQIA+, sobretudo, quando lançamos um olhar mais específico para as candidaturas de mulheres ou homens trans, travestis, transexuais, não-binários, ou outras identidades trans que, em grande parte, têm suas pautas direcionadas para as questões acerca dos direitos humanos e das realidades das pessoas trans em sociedade. Pois

Grupos sociais marginalizados (mulheres, negros, LGBT, trabalhadores, entre outros) têm denunciado que a extensão dos direitos formais de cidadania não resultou em uma igualdade política substantiva. Na ampla maioria das democracias representativas ocidentais (dentre elas, o Brasil), as instituições políticas representativas são ocupadas majoritariamente por indivíduos oriundos dos grupos sociais dominantes (homens, brancos, heterossexuais, de classe média e/ou alta). Tais indivíduos hegemonomizam as esferas decisórias, sendo capazes de definir a agenda política e os termos do debate político, além de estabelecerem as condutas relevantes nestas esferas [...] Tal domínio tem sido apontado como principal causa da dificuldade de as demandas dos grupos sociais marginalizados serem contempladas nas políticas estatais, perpetuando, assim, sua situação de marginalização (política, econômica e social). (Santos, 2016. p.82)

Assim, podemos observar, por exemplo, os discursos como o da vereadora eleita no município de São Borja/RS Lins Robalo (PT) – mulher, negra, trans – que baseou sua campanha (e direciona suas causas após eleita) nos pilares das questões dos trabalhadores, da igualdade racial, das questões periféricas, da diversidade e das mulheres, buscando priorizar em sua agenda debates que abordam as questões de gênero, raça e território. Outro exemplo é a vereadora do município de Ijuí/RS, Yasmim Prestes (MDB) – mulher, branca, trans – que busca fortalecer e direcionar sua candidatura às causas LGBTQIA+ (Reinholz, 2020). Nesse sentido, como podemos observar na chamada da reportagem da Figura 4, essas candidaturas buscam, cada qual dentro dos interesses de seus grupos, garantir seus direitos, muitas vezes negligenciados, em sociedade, fortalecendo debates que vão ao encontro das pautas desses grupos.

**Figura 4** – Chamado do portal de notícias UOL



Fonte: <https://www.uol.com.br/ecoa/ultimas-noticias/2020/11/14/candidaturas-trans-dispararam-em-todo-pais-para-garantir-a-defesa-de-pautas.htm>.

A Figuras 5 destaca o quantitativo de candidaturas e pessoas eleitas nas eleições de 2020, tanto em termos de gênero como de raça e etnia. De fato, identificou-se um recorde nas candidaturas LGBTQIA+, mas isso não significou uma mudança substantiva nas dinâmicas eleitorais. As dificuldades em torno da sub-representação da comunidade LGBTQIA+ no campo político perpassam questões no próprio recrutamento eleitoral, quando a pauta da agenda LGBTQIA+ encontra resistências nos partidos. Além disso, os recursos de financiamento de campanha centram-se em um perfil já conhecido, as candidaturas de homens brancos, de classe média. Esses, por sua vez, encontram vantagens em ainda mais aspectos: o tempo disponível para dedicação à vida política e a formação técnica para tal (Santos & Viana, 2021).

**Figura 5** – Chamada do portal Brasil de Fato.



Fonte: <https://www.brasildefato.com.br/2020/11/19/eleicao-2020-marca-ascensao-da-diversidade-na-vida-politica-do-pais>.

As limitações ao acesso a recursos econômicos e as barreiras que restringem as possibilidades de apoio financeiro na arena política às mulheres em contraposição aos homens são definidas como violência econômica por Krook & Restrepo Sanín (2016). As autoras propõem uma redefinição ampliada do conceito de violência política de gênero, incluindo, além das violências física, sexual e psicológica, as categorias violência simbólica e violência econômica. Apesar de se direcionarem à violência contra as mulheres na política, podemos utilizar essas lentes também para as pessoas trans e travestis que, invisibilizadas e inferiorizadas por valores culturais transfóbicos, são adicionalmente marginalizadas e violentadas na esfera política.

As assimetrias também são encontradas internamente, segundo Santos & Viana (2021). Em termos de escolaridade, a porcentagem de candidaturas trans e travestis com ensino superior completo ou em andamento (25%) é inferior às candidaturas gays (59,1) e lésbicas (45,1).

Tais dificuldades remetem também à problemática de que

Os grupos sociais que ocupam as posições centrais, "normais" (de gênero, de sexualidade, de raça, de classe, de religião etc) têm possibilidade não apenas de representar a si mesmos, mas também de representar os outros. Eles falam por si e também falam pelos "outros" (e sobre os outros); apresentam como padrão sua própria estética, sua ética ou sua ciência e arrogam-se o direito de representar (pela negação ou pela subordinação) às manifestações dos demais grupos (Louro, 2000, p. 9).

A representatividade, nesses termos, é uma via de empoderamento, de contestação da norma e rearticulação de poder. Apesar dos entraves identificados, o expressivo aumento no número de candidaturas tensiona os diferentes domínios do poder, estrutural e disciplinar (Collings, 2019), quando tem potencial de interferir nas instituições e em suas práticas.

A chamada identificada na Figura 6 apresenta o resultado, já mencionado anteriormente, das candidaturas eleitas, juntamente à citação de uma das entrevistadas: "*Nossos corpos são políticos*".

**Figura 6** – Chamada do portal Sul21.



Fonte: <https://www.sul21.com.br/ultimas-noticias/politica/eleicoes-2020/2020/11/levantamento-aponta-30-pessoas-trans-eleitas-no-pais-3-no-rs-nossos-corpos-sao-politicos/>.

Novamente, pensamos nos corpos para além da sua materialidade. Os corpos carregam marcas simbólicas, marcas discursivas, feitas e refeitas no tempo, situadas na cultura. Afastando-se ou aproximando-se das normas que regulam seus corpos, os sujeitos são definidos, acolhidos (ou não), possuidores (ou não) de direitos pelas marcas que habitam seus corpos (Louro, 2020). Se as pessoas trans estão sujeitas à abjeção e à violência pelas marcas de poder nos seus corpos, esses também representam um movimento de contestação (da norma) e de efetivação dos seus direitos.

#### 4. Considerações Finais

Este artigo buscou, mesmo que de forma ainda breve e incipiente, elucidar a importância das eleições municipais do ano de 2020 como um marco histórico no que tange às questões da representatividade de mulheres e homens trans, travestis, transexuais, ou outras identidades trans na esfera da política nacional. Portanto as proposições aqui apresentadas, sobretudo, nos fazem refletir sobre a necessidade, cada vez maior, da representação desses sujeitos em diferentes espaços para que assim possam garantir e respaldar seus direitos enquanto cidadãos.

Assim, a partir da eleição dessas 30 pessoas, possuímos enquanto expectativa que sejam propostas políticas públicas, discussões e deliberações a favor desse segmento social e, ainda, que as pautas sejam pensadas de formas progressistas que compreendam esses sujeitos dentro de suas mais variadas realidades. Por fim, espera-se que as mesmas possam ir de encontro às pautas “conservadoras” e retrógradas que ferem a dignidade desses sujeitos e os alocam em não-lugares dentro da trama social.

Ressalta-se, nesse sentido, a necessidade de criação de políticas afirmativas de gênero, com a instituição de cotas eleitorais e de financiamento dos partidos considerando a diversidade sexual e de gênero, em um caminho em direção ao fim do abismo que marginaliza as pessoas LGBTQIA+ das esferas de representação política.

Finalmente, sugere-se que futuras pesquisas investiguem e analisem como vêm se dando os mandatos desses sujeitos eleitos, especialmente no que tange à formulação, implementação e efetivação de suas propostas direcionadas ao movimento LGBTQIA +, bem como de que forma tais indivíduos experienciam, na sua singularidade, as modulações de violência política retratadas.

## Referências

- Agnose, M. (2016). “Um pai trans, uma mãe trans”: direitos, saúde reprodutiva e parentalidades para a população de travestis e transexuais (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil. <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/168249>.
- Aguiar, S. (2016). “Não somos um simples conjunto de letrinhas”: disputas internas e (re)arranjos da política “LGBT”. *Cad. Pagu*, 46, 279-310, [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-83332016000100279&lng=pt&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332016000100279&lng=pt&tlng=pt).
- Antra – Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil. (2016). *Eleições 2016*. <https://antrabrasil.org/eleicoes2016/>.
- Antra – Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil (2020a). *Eleições 2020*. <https://antrabrasil.org/eleicoes2020/>.
- Antra – Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil (2020b). *Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2019* / Bruna G. Benevides, Sayonara Naider Bonfim Nogueira (Orgs). – São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE. <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2020/01/dossie-3aa-dos-assassinatos-e-da-violencia-contra-pessoas-trans-em-2019.pdf>.
- Antra – Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil. (2019). *Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2018* / Bruna G. Benevides, Sayonara Naider Bonfim Nogueira (Orgs). – São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE. <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2019/12/dossie-dos-assassinatos-e-violencia-contra-pessoas-trans-em-2018.pdf>.
- Antra – Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil. (2018). *Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2017* / Bruna G. Benevides, Sayonara Naider Bonfim Nogueira (Orgs). – São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE. <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2018/02/relatc3b3rio-mapa-dos-assassinatos-2017-antra.pdf>.
- Antra – Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil. (2021). *Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020* / Bruna G. Benevides, Sayonara Naider Bonfim Nogueira (Orgs). – São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE. <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2021/01/dossie-trans-2021-29jan2021.pdf>.
- Batista, F. E. A. (2017). As “barreiras” em envelhecer e ser uma travesti. *Revista Falange Miúda (ReFaMi)*, 2(2), <https://www.falangemiuda.com.br/index.php/refami/article/view/161>.
- Benevides, B. (2020). Em 1992, Kátia Tapety foi a primeira travesti eleita na política do Brasil. *Revista Híbrida*. <https://revistahibrida.com.br/2020/09/04/em-1992-katia-tapety-foi-a-primeira-travesti-eleita-na-politica-do-brasil/>.
- Bento, B. (2014). Brasil: país do transfeminicídio. *CLAM – Centro Latino Americano em Sexualidade e direitos humanos*. [http://www.clam.org.br/uploads/arquivo/Transfeminicidio\\_Berenice\\_Bento.pdf](http://www.clam.org.br/uploads/arquivo/Transfeminicidio_Berenice_Bento.pdf)
- Berto, I. do N. C. (2016). O Grande Silêncio: Invisibilidade e Transfeminicídio no Brasil. *XI SEMINÁRIO DE PESQUISA EM CIÊNCIAS HUMANAS – SEPECH Humanidades, Estado e desafios didático-científicos*, [http://pdf.blucher.com.br/s3-sa-east-1.amazonaws.com/socialsciencesproceedings/xi-sepech/gt15\\_280.pdf](http://pdf.blucher.com.br/s3-sa-east-1.amazonaws.com/socialsciencesproceedings/xi-sepech/gt15_280.pdf).
- Biroli, F. (2010). Gênero e política no noticiário das revistas semanais brasileiras: ausências e estereótipos. *Cad. Pagu*, 34, 269-299. <https://doi.org/10.1590/S0104-83332010000100011>.
- Braz, D. G. de C.; REIS, M. B.; HORTA, A. L. de M. & FERNANDES, H. (2020). Vivências familiares no processo de transição de gênero. *Acta paul. Enferm.*, 33, eAPE20190251. [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-21002020000100452&script=sci\\_arttext](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-21002020000100452&script=sci_arttext).
- Butler, J. (2020). Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: Louro, Guacira Lopes (org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Autêntica.
- Butler, J. (2015). *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* Tradução de Sérgio Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha. Civilização Brasileira.
- Butler, J. (2018). *Cuerpos que importan*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Paidós.

- Café, L. da C. M. & Monteiro Sales Coroa, M. L. (2020). Transexualidade Na Escola: Impactos E Demandas Dos Corpos Marcados Pela Subversão. *Cadernos De Linguagem E Sociedade*, 21(1), 235-254. <https://periodicos.unb.br/index.php/les/article/view/32396>.
- Carneiro, R. G. da S.. (2019). *A sereia da lagoa do Zé Feio*: a trajetória de uma travesti na política no interior do Maranhão. 2020. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Centro de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Piauí, Teresina. <http://hdl.handle.net/123456789/2147>
- Carvalho, M. (2018). “Travesti”, “mulher transexual”, “homem trans” e “não binário”: interseccionalidades de classe e geração na produção de identidades políticas. *Cad. Pagu*, Campinas, n. 52, e185211. [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010483332018000100501&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010483332018000100501&script=sci_abstract&tlng=pt).
- Collins, P. H. (2019). Por uma política de empoderamento. In: *Pensamento feminista negro*. Boitempo.
- Connell, R. & Pearse, R. (2015). *Gênero: uma perspectiva global*. nVersos.
- Crenshaw, K. (2002). Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos feministas*, 10(1), 171. <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/viewArticle/9558>.
- Cunha, T. (s/d). Transexuais são excluídos do mercado de trabalho: Com raras oportunidades de emprego, cerca de 90% das pessoas trans no Brasil acabam recorrendo à prostituição. *Correio Braziliense*. <http://especiais.correiobraziliense.com.br/transsexuais-sao-excluidos-do-mercado-de-trabalho>.
- Díaz-Benítez, M. E. & Fígari, C. (2009). *Prazeres dissidentes*. Garamond.
- Goffman, E. (1978). *Estigma*: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. (2a ed.). Zahar.
- Gomes Filho, T. A. (2020). O processo de escolarização das travestis e das mulheres trans no Brasil. *Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento*. Ano 05, 10(21), 111-118. Outubro. <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/mulheres-trans>.
- Justo, G. (2020). Diversidade: eleição de transexuais cresce 225% em 2020. *Exame. Brasil*. <https://exame.com/brasil/eleicao-de-transexuais-cresce-225-em-2020/>.
- Krook, M. L. & Restrepo Sanín, J. (2016). Género y violencia política en América Latina. Conceptos, debates y soluciones. *Política y gobierno*, 23(1), 127-162. [http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1665-20372016000100127&lng=es&nrm=iso](http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1665-20372016000100127&lng=es&nrm=iso).
- Laqueur, T. (2001). *Inventando o sexo*: corpo e gênero dos gregos a Freud. Relume-Dumará.
- León, E. M. & batliwala, S. (1998). El significado del empoderamiento de las mujeres: nuevos conceptos desde la acción. *Poder y empoderamiento de las mujeres*. [https://www.congresoed.org/wp-content/uploads/2014/10/D4\\_Batliwala\\_1997.pdf](https://www.congresoed.org/wp-content/uploads/2014/10/D4_Batliwala_1997.pdf).
- Louro, G. L. (2000). Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). *O corpo educado*: pedagogias da sexualidade, Belo Horizonte: Autêntica.
- Louro, G. L. (2020). *Um corpo estranho*: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Autêntica.
- Mello, L.; BRAZ, C. Almeida de Freitas, F. R. & Bruno de Avelar, R. (2012). Questões LGBT em debate: sobre desafios e conquistas. *Sociedade e Cultura*, 15(1), <https://www.redalyc.org/pdf/703/70324609019.pdf>.
- Pereira, M. C. (2020). *Análise das experiências sociais e subjetivas de mulheres trans*: um estudo sobre rupturas e continuidades geracionais / Maiara Cristina Pereira – Dissertação (Mestrado profissional em Educação Sexual) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências e Letras (Campus Araraquara) Orientador: Florêncio Mariano Costa Júnior. [https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/191868/pereira\\_mc\\_me\\_arafcl\\_sub.pdf?sequence=5&isAllowed=y](https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/191868/pereira_mc_me_arafcl_sub.pdf?sequence=5&isAllowed=y).
- Reinholz, F. (2020). Vereadoras trans eleitas no RS defendem que resultados das eleições quebram tabus. *Brasil de Fato*. <https://www.brasildefato.com.br/2020/11/23/vereadoras-trans-eleitas-no-rs-defendem-que-resultados-das-eleicoes-quebram-tabus>.
- Ribeiro, A. K. de O. & Silveira, L. C. (2020). Transfobia e abjeção: diálogos possíveis entre a psicanálise e a teoria queer. *Ágora (Rio J.)*, 23(1), 66-74, abr. [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1516-14982020000100066&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-14982020000100066&lng=pt&nrm=iso).
- Rubin, G. (2017). *Políticas do sexo*. Ubu Editora.
- Santos, D. V. de O. & Aiana, S. P. (2021). Por uma nova demos. A inserção da comunidade LGBTQIA+ na gênese legislativa brasileira. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, 7(1), 22-22. [org/10.29327/217514.7](http://10.29327/217514.7).
- Santos, G. G. da C. (2016). Diversidade sexual e política eleitoral: Analisando as candidaturas de travestis e transexuais no Brasil contemporâneo. *Sex., Salud Soc. (Rio J.)* (23), 58-96. [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1984-64872016000200058&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1984-64872016000200058&script=sci_abstract&tlng=pt).
- Scott, J. (2019). Gênero: uma categoria útil para análise histórica. In: Hollanda, Heloísa B. de. (org.). *Pensamento feminista*: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo.
- Vote LGBT; BOX1924. (2020). *Diagnóstico LGBT+ na Pandemia*. [https://static1.squarespace.com/static/5b310b91af2096e89a5bc1f5/t/5ef78351fb8ae15cc0e0b5a3/1593279420604/5Bvote+lgbt+%2B+box1824%5D+diagno%CC%81stico+LGBT%2B+na+pandemia\\_completo.pdf](https://static1.squarespace.com/static/5b310b91af2096e89a5bc1f5/t/5ef78351fb8ae15cc0e0b5a3/1593279420604/5Bvote+lgbt+%2B+box1824%5D+diagno%CC%81stico+LGBT%2B+na+pandemia_completo.pdf).